

Sínodo da Família

Libertar a palavra, entreabrir portas



O Sínodo dos Bispos sobre a família libertou a palavra, (entre)abriu portas a um caminho de discernimento sobre casos polémicos e entregou um relatório ao papa. Que irá, agora, publicar uma exortação apostólica. Em chave de misericórdia, como o próprio tem insistido.

Texto: António Marujo | Jornalista; escreve no blogue religionline.blogspot.pt | Fotos: Lusa e arquivo





O Papa presidiu o Sínodo da Família e publicará uma exortação apostólica sobre os temas tratados e aprovados na assembleia

Um passo no sentido da aceitação da palavra livre e do debate aprofundado, a abertura a uma Igreja mais sinodal, um texto com uma linguagem sobretudo positiva e propositiva, uma reafirmação da doutrina tradicional sobre a família, um relatório que insiste na crítica às «políticas económicas e sociais iníquas» que atentam gravemente contra as famílias, e uma abertura a um processo de discernimento para os casos de católicos divorciados que voltaram a casar.

Em síntese, estas são algumas das notas que se podem destacar da assembleia do Sínodo dos Bispos sobre a família, que decorreu em Outubro, no Vaticano. Nas primeiras reacções aos resultados do processo, há quem destaque que se poderia ter ido mais longe em algumas matérias, a par de uma minoria (pelo menos, a avaliar pelas votações do relatório final), que considera já se ter ido longe demais.

Para já, os 94 parágrafos do documento conclusivo foram aprovados pelos 270 bispos com direito a voto. O texto foi entregue ao Papa Francisco, que, a partir dele (e de todos os contributos deste processo sinodal inédito de dois anos), deverá redigir uma exortação apostólica. Provavelmente, esse texto será publicado durante o próximo ano, em pleno ano santo da misericórdia, convocado pelo papa.

Uma das notas a destacar deste processo sinodal é a maior aceitação da diversidade de ideias. Muitos bispos sublinharam como positivo o facto de, na assembleia e no trabalho de grupos, o debate ter sido aberto e frontal, correspondendo desse modo aos sucessivos apelos do papa nesse sentido. De tal modo que, num dos últimos relatórios parciais, um dos grupos dirigia-se a Francisco, dizendo: «Sim, Santo Padre, a sua presença entre nós é um profundo reconforto [...]. Graças a si, cada um sente-se livre de afirmar o fundo

do seu pensamento; seguindo o vosso exemplo, aprendemos a escutar com humildade.»

O exercício da escuta é mesmo uma das características realçadas pelo papa como inerente à sinodalidade que tem de ser intensificada na Igreja. No discurso com que assinalou, dia 17 de Outubro, os 50 anos da instituição do Sínodo dos Bispos como órgão de consulta, Francisco disse que «uma Igreja sinodal é uma Igreja da escuta, na consciência de que escutar é mais do que ouvir». E a escuta deve ser alargada a todo o Povo de Deus, que, como dizia o Concílio Vaticano II, «nunca pode enganar-se» em matéria de fé. «Foi esta convicção que me guiou quando desejei que o Povo de Deus fosse consultado na preparação» do sínodo, afirmou. No discurso com que assinalou o final dos trabalhos da assembleia, o papa também referiu a ideia de que um sínodo não é para «cair na fácil repetição do que é indiscutível ou já se disse», antes



deve privilegiar a escuta da realidade – neste caso, das «cargas e esperanças, da riqueza e dos desafios das famílias» de todo o mundo.

Um ano para actualizar a memória do Concílio

Tendo convocado o ano santo da misericórdia para assinalar os 50 anos do Concílio Vaticano II, o papa está já também a sugerir um caminho para o pós-sínodo. Na *Misericordiae Vultus*, a bula que proclamou o jubileu extraordinário da misericórdia, Francisco cita os predecessores João XXIII e Paulo VI para dar o sentido deste ano – e, possivelmente, para indicar também a ideia fundamental que proporá na exortação do próximo ano.

O ano jubilar começará dia 8 de Dezembro, quando se assinalam 50 anos sobre a conclusão do Concílio Vaticano II. A propósito, o Papa Francisco recorda as palavras de João XXIII na abertura do concílio: «Nos nossos

dias, a Esposa de Cristo prefere usar mais o remédio da misericórdia que o da severidade. [...] A Igreja Católica, levantando por meio deste Concílio Ecuménico o facho da verdade religiosa, deseja mostrar-se mãe amorosa de todos, benigna, paciente, cheia de misericórdia e bondade com os filhos dela separados.»

O sínodo privilegiou a escuta das «cargas e esperanças, da riqueza e dos desafios das famílias» de todo o mundo.

No mesmo horizonte se colocou Paulo VI, quando encerrou os trabalhos, em 1965: «Desejamos notar que a religião do nosso concílio foi, antes de mais, a caridade. [...] Aquela antiga história do bom samaritano foi exemplo e norma segundo os quais se orientou o nosso concílio. [...] Uma corrente de interesse e admiração saiu do concílio sobre o mundo actual. Rejeitaram-se os erros, como a própria caridade e verdade exigiam, mas os homens, salvaguardado sempre o preceito do respeito e do amor, foram apenas advertidos do erro. Assim se fez, para que, em vez de diagnósticos desalentadores, se dessem remédios cheios de esperança; para que o concílio falasse ao mundo actual não com presságios funestos mas com mensagens de esperança e palavras de confiança.»

Pode dizer-se que, do Sínodo dos Bispos, saiu uma proposta que aponta neste sentido, mesmo se por vezes se notam ainda pequenas hesitações: os

bispos descrevem «a realidade da família, hoje, na perspectiva da fé», propõem um olhar sobre essa realidade a partir do Evangelho e da tradição da Igreja e apresentam propostas para que as famílias se tornem, elas próprias, evangelizadoras.

Caminhos de discernimento e debates

Num dos temas que dominou o debate e muitos comentários – a questão do acesso à comunhão de pessoas que se divorciaram e voltaram a casar –, o relatório propõe um caminho de discernimento (cuja possibilidade, aliás, já estava prevista na carta *Familiaris Consortio*, de João Paulo II, mas que raramente foi posta em prática). Essas pessoas devem ser «mais integradas na comunidade cristã nos diversos modos possíveis», diz o texto, que sugere, depois, um acompanhamento pastoral de modo a perceber o que se passou em relação aos filhos e ao outro cônjuge, se houve tentativas de reconciliação e que consequências a nova relação tem sobre a restante família e a comunidade cristã.

Para alguns bispos e cardeais – Christoph Schönborn, de Viena (Áustria), ou Raymundo Damasceno Assis, de Aparecida (Brasil), por exemplo – o caminho proposto no relatório pode ir até ao ponto de aceitar que a pessoa retome a possibilidade de acesso aos sacramentos. Para o patriarca de Lisboa, isso não se pode ler no texto. Por isso, D. Manuel Clemente dizia, numa entrevista ao autor deste texto e publicada no *Diário de Notícias* a 8 de Novembro, que está «cheio de curiosidade» sobre o que o papa irá fazer. Mas admitiu que o relatório abre portas que estavam fechadas até agora.

Outro dos temas objecto de grande debate tinha sido a homossexualidade. No ano passado, os bispos propunham (num dos parágrafos que foi aprovado apenas por maioria simples) que «os homens e as mulheres com tendências homossexuais devem ser acolhidos com respeito e delicadeza». Este ano, o documento refere apenas o caso das famílias que se confrontam com o

facto de algum dos seus membros ser homossexual e mantém a ideia de respeitar e acolher essas pessoas.

Quanto à contracepção, muitas das respostas ao inquérito inicial enviadas para o Vaticano no início de 2014 pediam uma reformulação doutrinal. Mas isso não teve eco na assembleia e o tema não merece no documento mais que curtas referências para manter a afirmação da validade dos chamados métodos “naturais” contra os métodos “artificiais” de contracepção.

Sobre a mulher, o documento diz que a sua dignidade precisa de ser «difundida e promovida», pois em muitos contextos ainda suscita «discriminações». Já quanto ao homem, o texto afirma que ele tem um papel particular «na protecção e sustento da esposa e dos filhos», ideia que traduz a visão de família predominante décadas atrás nas sociedades ocidentais.

Uma outra insistência do documento é a necessidade de o clero ser formado para acompanhar melhor as dificuldades das famílias.

«Políticas económicas e sociais iníquas»

Para lá destes temas, o relatório assume essencialmente uma linguagem mais positiva e inclusiva do que por vezes se encontra em documentos do género.

O documento começa por falar das mudanças antropológicas e culturais que se têm verificado, reafirmando a doutrina tradicional da Igreja sobre a família. Ao mesmo tempo, faz um diagnóstico cáustico sobre alguns aspectos da realidade económica e social: «O peso de políticas económicas e sociais iníquas, mesmo na sociedade do bem-estar, incide gravemente no sustento dos filhos, no cuidado dos doentes e dos idosos», escrevem os bispos, no parágrafo 9 do relatório.

Em várias afirmações do documento, estão implícitas diversas críticas à actual política de austeridade que domina a União Europeia e a política internacional: «É responsabilidade do Estado criar as condições legislativas e de trabalho para garantir o futuro dos jovens e ajudá-los a realizar o seu





projecto de fundar uma família», lê-se no parágrafo 13, onde ainda se diz que há «uma sensação geral de impotência perante uma realidade socioeconómica opressora, da crescente pobreza e da precariedade laboral».

«O actual sistema económico produz diversas formas de exclusão social», que muitas vezes tornam os pobres «invisíveis aos olhos da sociedade» e diversos grupos sociais ficam à margem da própria sociedade. As jornadas laborais são «longas», as limitações económicas e financeiras excluem muitos jovens do sistema educativo e, muitas vezes, há casais que vivem juntos, sem se casar, também por causa da espera de uma «segurança existencial (trabalho e salário fixo)», acrescenta ainda o texto.

Ao falar dos migrantes, refugiados e perseguidos, o documento final do sínodo diz que «a história da humanidade é uma história de migrantes». Muitas pessoas são forçadas a deixar os seus países de origem e acabam por ser vítimas de tráfico humano, de condições de vida miseráveis ou mesmo da prostituição ou da venda de órgãos.

Por tudo isto, a Igreja vem defendendo «um profundo questionamento da orientação do sistema mundial», diz o texto, ao referir a questão ecológica, recordando também várias afirmações do papa na encíclica *Laudato Si'*, e ecoando afirmações várias de Bento XVI, quando pedia a reformulação completa do sistema financeiro internacional.

Agora, resta aguardar a reflexão e o texto do Papa Francisco. É de prever que a sua perspectiva seja, uma vez mais, a de privilegiar a via da misericórdia, na atenção à realidade. Na eucaristia que concluiu o sínodo, Francisco dizia, na homilia, que se devem afrontar os problemas: não se pode «esconder a cabeça na areia» perante «todas as dificuldades e dúvidas que desafiam e ameaçam a família», afirmou.

E, recordando o caminho do Evangelho, apontava: «O primeiro dever da Igreja não é aplicar condenações ou anátemas, mas proclamar a misericórdia de Deus, chamar à conversão e conduzir todos os homens à salvação.» ■